

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A (“Companhia” ou “ITE”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Itumbiara Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.613	527
Contas a receber - aluguel		1	-
Concessionárias e permissionárias	7	26.304	22.623
Estoques		873	3.663
Adiantamento a fornecedores		2.214	839
Impostos a recuperar	8	1.928	1.055
Outros ativos circulantes		2.134	972
		60.067	29.679
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		1.692	198
Imobilizado não vinculados à concessão		3.169	1.996
Imobilizado	9	621.545	619.543
Intangível	10	7.705	7.904
		634.111	629.641
		694.178	659.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		175	1.261
Fornecedores - partes relacionadas	23	7	5
Empréstimos - partes relacionadas	11	110.903	88.728
Impostos e contribuições sociais	12	35.848	31.968
Taxas regulamentares	13	8.579	7.626
Dividendos propostos	15	4.090	2.584
Outros passivos circulantes		4.186	2.798
		163.788	134.970
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	221.211	353.384
Outras contas a pagar - partes relacionadas	23	-	2.222
Outras provisões - compensação ambiental		532	471
Provisão para contingências	14	168	168
Outros passivos não circulantes		4.593	3.521
		226.504	359.766
Patrimônio líquido			
Capital social		373.710	373.710
Reserva legal		7.927	-
Reserva de lucros		149.107	-
Prejuízo acumulado		(226.858)	(209.126)
	15	303.886	164.584
		694.178	659.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	16	167.805	170.942
Custo da operação	17	<u>(41.059)</u>	<u>(41.697)</u>
Lucro bruto		126.746	129.245
Despesas gerais e administrativas	18	(15.719)	(12.880)
Outras receitas operacionais	19	<u>6.850</u>	<u>7.866</u>
Lucro antes do resultado financeiro		117.877	124.231
Resultado financeiro	21	<u>59.752</u>	<u>(175.078)</u>
Receita financeira		136.946	67.847
Despesa financeira		(77.194)	(242.925)
Resultado antes dos impostos		<u>177.629</u>	<u>(50.847)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(36.821)	(39.234)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>140.808</u>	<u>(90.081)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	140.808	(90.081)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>140.808</u>	<u>(90.081)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	373.710	18.616	85.732	(188.808)	289.250
Dividendos intermediários (nota explicativa 14)	-	-	(34.585)	-	(34.585)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(90.081)	(90.081)
Absorção de prejuízo acumulado	-	(18.616)	(51.147)	69.763	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373.710	-	-	(209.126)	164.584
Lucro do exercício	-	-	-	140.808	140.808
Reserva legal	-	7.927	-	(7.927)	-
Reserva de lucro	-	-	149.107	(149.107)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.506)	(1.506)
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	373.710	7.927	149.107	(226.858)	303.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	177.629	(50.847)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre empréstimos	(59.229)	181.442
Depreciação e amortização	23.251	22.858
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	973	331
Provisão para contingências	-	-
Outras provisões - compensação ambiental	61	(156)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(3.681)	(648)
Estoques	2.790	(824)
Impostos a recuperar	(872)	3.748
Adiantamentos a fornecedores	(1.375)	(204)
Outros ativos	(2.697)	655
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.084)	771
Tributos e contribuições sociais	(35)	22.343
Taxas regulamentares	952	858
Outros passivos	(696)	4.061
Juros pagos	(13.665)	(14.868)
Impostos pagos	(32.904)	(34.931)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	89.418	134.589
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(32.449)	(29.801)
Baixa de intangível	6.222	2.803
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(26.227)	(26.998)
Atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(37.105)	(121.176)
Dividendos pagos	-	(22.416)
Dividendos intermediários pagos	-	(32.000)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(37.105)	(175.592)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	26.086	(68.001)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	527	68.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.613	527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2007 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.
- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$98.747 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$189.498 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 217.738 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias. O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		60.067	(192.223)	252.290	29.679	(188.691)	218.370
Caixa e equivalentes de caixa		26.613	-	26.613	527	-	527
Contas a receber - aluguel	1	1	-	1	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		26.304	-	26.304	22.623	-	22.623
Adiantamentos a fornecedores		2.214	-	2.214	839	-	839
Impostos a recuperar		1.928	-	1.928	1.055	-	1.055
Estoques		873	-	873	3.663	-	3.663
Ativo financeiro amortizável	a	-	(192.223)	192.223	-	(188.691)	188.691
Outros ativos circulantes		2.134	-	2.134	972	-	972
Ativo não circulante		634.111	(147.482)	781.593	629.641	(109.151)	738.792
Ativo financeiro amortizável	a	-	(775.325)	775.325	-	(734.865)	734.865
Outros ativos não circulantes		1.692	-	1.692	198	-	198
Imobilizado não vinculado à concessão		3.169	-	3.169	1.996	-	1.996
Imobilizado	b	621.545	620.881	664	619.543	618.729	814
Intangível	b	7.705	6.962	743	7.904	6.985	919
		694.178	(339.705)	1.033.883	659.320	(297.842)	957.162

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	163.788	-	163.788	134.970	-	134.970
Fornecedores terceiros	175	-	175	1.261	-	1.261
Fornecedores partes relacionadas	7	-	7	5	-	5
Empréstimos partes relacionadas	110.903	-	110.903	88.728	-	88.728
Tributos e contribuições sociais	35.848	-	35.848	31.968	-	31.968
Taxas regulamentares	8.579	-	8.579	7.626	-	7.626
Dividendos propostos	4.090	-	4.090	2.584	-	2.584
Outros passivos circulantes	4.186	-	4.186	2.798	-	2.798
Passivo não circulante	226.504	(112.847)	339.351	359.766	(98.036)	457.802
Empréstimos partes relacionadas	221.211	-	221.211	353.384	-	353.384
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	2.222	-	2.222
Outras provisões - compensação ambiental	532	-	532	471	-	471
Provisão para contingências	168	-	168	168	-	168
Tributos Diferidos	.	(112.847)	112.847	-	(98.036)	98.036
Outros passivos não circulantes	4.593	-	4.593	3.521	-	3.521
Patrimônio Líquido	303.886	(226.858)	530.744	164.584	(199.806)	364.390
Capital social	373.710	-	373.710	373.710	-	373.710
Reserva de lucros	149.107	-	149.107	-	-	-
Reserva legal	7.927	-	7.927	-	-	-
Prejuízo acumulado	(226.858)	(226.858)	-	(209.126)	(199.806)	(9.320)
	694.178	(339.705)	1.033.883	659.320	(297.842)	957.162

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Receita operacional líquida	d	167.805	(43.992)	211.797	170.942	(44.459)	215.401
Custo da operação	e	(41.059)	2.129	(43.188)	(41.697)	11.148	(52.845)
Lucro bruto		<u>126.746</u>	<u>(41.863)</u>	<u>168.609</u>	<u>129.245</u>	<u>(33.311)</u>	<u>162.556</u>
Despesas gerais e administrativas		(15.719)	-	(15.719)	(12.880)	-	(12.880)
Outras (despesas)/receitas operacionais		6.850	-	6.850	7.866	-	7.866
Lucro antes do resultado financeiro		<u>117.877</u>	<u>(41.863)</u>	<u>159.740</u>	<u>124.231</u>	<u>(33.311)</u>	<u>157.542</u>
Resultado financeiro		<u>59.752</u>	-	<u>59.752</u>	<u>(175.078)</u>	-	<u>(175.078)</u>
Receita financeira		136.946	-	136.946	67.847	-	67.847
Despesa financeira		(77.194)	-	(77.194)	(242.925)	-	(242.925)
Resultado antes dos impostos		177.629	(41.863)	219.492	(50.847)	(33.311)	(17.536)
Imposto de renda e contribuição social	c	(36.821)	14.811	(51.632)	(39.234)	22.313	(61.547)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>140.808</u>	<u>(27.052)</u>	<u>167.860</u>	<u>(90.081)</u>	<u>(10.998)</u>	<u>(79.083)</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	14.365	527
Aplicações financeiras	12.248	-
	<u>26.613</u>	<u>527</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos poderiam ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e ofereciam uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	21.647	18.573
Vencidas até 30 dias	952	43
Vencidas até 60 dias	945	412
Vencidas até 90 dias	947	1.064
Vencidas até 120 dias	38	74
Vencidas até 180 dias	1	2.457
Vencidas há mais de 180 dias	3.336	1.562
	<u>27.866</u>	<u>24.185</u>
(-) PCLD	(1.562)	(1.562)
	<u>26.304</u>	<u>22.623</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2016:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.562)	(1.231)
Complemento de provisão	-	(331)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.562)</u>	<u>(1.562)</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
PIS	5	5
COFINS	24	24
IR	479	193
CSLL	283	411
INSS	1.137	422
	<u>1.928</u>	<u>1.055</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

Ativo imobilizado em serviço	Valor em	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor	Valor
	31/12/2015				31/12/2016			líquido em 31/12/2016	líquido em 31/12/2015
Transmissão	758.411	-	-	920	759.331	920	(213.377)	545.954	567.647
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações e benfeitorias	10.246	-	-	278	10.524	278	(3.799)	6.725	6.831
Máquinas e equipamentos	746.099	-	-	563	746.662	563	(208.584)	538.078	559.562
Veículos	1.337	-	-	79	1.416	79	(849)	567	657
Móveis e utensílios	219	-	-	-	219	-	(145)	74	87
Administração	717	-	-	352	1.069	352	(455)	614	412
Máquinas e equipamentos	469	-	-	32	501	32	(238)	263	302
Veículos	196	-	-	320	516	320	(198)	318	71
Móveis e utensílios	52	-	-	-	52	-	(19)	33	39
	759.128	-	-	1.272	760.400	1.272	(213.832)	546.568	568.059
Ativo imobilizado em curso	Valor em	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em	Adições	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
	31/12/2015				31/12/2016	líquidas =	acum.	em 31/12/2016	em 31/12/2015
						(a)-(b)+(c)			
Transmissão	51.105	30.362	(5.620)	(920)	74.927	23.822	-	74.927	51.106
Máquinas e equipamentos	216	230	(67)	(194)	185	(31)	-	185	216
Outros	50.889	30.132	(5.553)	(726)	74.742	23.853	-	74.742	50.890
Administração	378	24	-	(352)	50	(328)	-	50	378
Máquinas e equipamentos	58	17	-	(32)	43	(15)	-	43	58
Outros	320	7	-	(320)	7	(313)	-	7	320
	51.483	30.386	(5.620)	(1.272)	74.977	23.494	-	74.977	51.484
	810.611	30.386	(5.620)	-	835.377	24.766	(213.832)	621.545	619.543

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	6,47%	759.331	(213.377)	545.954	567.647
Administração	10,97%	1.069	(455)	614	412
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	3.786	(617)	3.169	1.996
		764.185	(214.449)	549.737	570.055

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Imobilizado não vinculado à concessão

Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

9.2 Principais adições do ativo imobilizado em curso 2016

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	-
Máquinas e equipamentos	230
Veículos	20
A Ratear	3
Desenvolvimento de projetos	15.530
Reparo de materiais	-
Material em depósito	2.218
Adiantamentos a fornecedores	12.385
	30.386

9.3 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Imobilizado em curso operacional	Grupo	Valor
Alicate de crimpar	Máquinas e equipamentos	11
Alicate, chave hex, chave phillis, chave fenda, jogo chave torx	Máquinas e equipamentos	20
Cubículo	Máquinas e equipamentos	50
Construção de galpão para sobressalentes	Edificações, obras civis e benfeitorias	278
Porta de acrílico do mecanismo bl6, gatilho, conjunto	Máquinas e equipamentos	28
Micropuntador portátil DELL LATITUDE 14 5470	Equipamentos de informática	17

Imobilizado em curso administrativo	Grupo	Valor
AUDI A6 sedan 3.0T AMBITION 333CV	Veículo	320

9.4 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado transmissão no exercício de 2016.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	6.990	-	-	8	6.998	8	(37)	6.961	6.953
Servidões	6.953	-	-	8	6.961	8	-	6.961	6.953
Softwares	37	-	-	-	37	-	(37)	-	-
Administração	1.049	-	-	-	1.049	-	(305)	744	943
Softwares	1.049	-	-	-	1.049	-	(305)	744	943
	8.039	-	-	-	8.047	8	(342)	7.705	7.896
Ativo intangível em curso									
Transmissão	8	-	-	(8)	-	(8)			
Servidões	8	-	-	(8)	-	(8)			
Softwares	-	-	-	-	-	-			
Administração	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-			
	8	-	-	(8)	-	(8)			
	8.047	-	-	-	8.047	-			

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.1. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2016		2015
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	20,00%	6.998	(37)	6.961
Administração	20,00%	1.049	(305)	744
		8.047	(342)	7.705
				7.896

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.2. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2016

Intangível - Administração	Grupo	Valor
Conjunto de servidões da ODI 04503 - LT 500 KV	Servidão	8

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Frequência pgto de juros</u>	<u>Data próx. pagamento</u>	<u>Frequência da amortização</u>	<u>Sistemática da amortização</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2020	Semestral	20/06/2017	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,65% a.a	332.114	442.112
									332.114	442.112
Circulante									110.903	88.728
Não circulante									221.211	353.384
									332.114	442.112

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

State Grid International Development Limited (SGID)

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank ("CDB") nos montantes de USD 13.951.350,75 e USD 13.712.038,75, correspondente a R\$ 33.113.531,02 e R\$ 30.331.025,56 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 13.524.658,24, correspondente a R\$ 35.772.721,05. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo ao custo de *Libor* + 2,65% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 23 de dezembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,65% a.a. no mesmo montante de USD 135.750.000,00, correspondente a R\$ 361.773.717,54, com pagamentos de principal e juros em 11 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2020.

No ano de 2016 devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. O valor foi renegociado para pagamento em junho de 2017. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Em dezembro a empresa pagou o principal e juros conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	73.737
2019	73.737
2020	73.737
	<u>221.211</u>

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	22.826	20.916
CSLL	7.846	7.165
PIS	292	247
COFINS	1.353	1.141
INSS empregado	1.266	327
IRRF	1.617	1.539
Outros	648	633
	<u>35.848</u>	<u>31.968</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva global de reversão (RGR) <i>(i)</i>	754	1.195
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	548	533
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	<u>7.277</u>	<u>5.898</u>
	<u>8.579</u>	<u>7.626</u>

(i) (RGR)

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>Fiscais</u>
Saldos em 31/12/2015	168
Baixas	-
Saldos em 31/12/2016	168

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	19	35
Fiscal	27.424	20.894
	<u>27.443</u>	<u>20.929</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$373.710 dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGID	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	167.860	(79.083)
Absorção de Prejuízo	(9.320)	-
Reserva legal (5%)	(7.927)	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>150.613</u>	-
Dividendo mínimo obrigatório	<u>1.506</u>	-

Em 20 de agosto de 2015 foram declarados dividendos intermediários no valor de R\$34.584. Desse montante, R\$24.000 foram pagos em 04 de setembro de 2015 e R\$8.000 em 04 de dezembro de 2015. Restando ainda R\$2.584 a pagar em 2016.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	192.959	196.135
Receita rateio de antecipação	13.189	15.397
Receita de encargos de transmissão	200.248	185.758
Receita de novas obras RBNI	6.873	4.078
Parcela ajuste do ciclo anterior	(17.019)	(8.147)
Indisponibilidade de equipamentos	(10.332)	(951)
Deduções da receita operacional	(25.154)	(25.193)
PIS	(3.184)	(3.236)
COFINS	(14.665)	(14.906)
ISS	(37)	-
P&D	(1.678)	(1.706)
RGR	(4.825)	(4.903)
TFSEE	(765)	(442)
	167.805	170.942

17. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(12.976)	(13.456)
Material	(1.457)	(1.575)
Serviços de terceiros	(1.476)	(1.519)
Depreciação	(22.613)	(22.502)
Arrendamentos e aluguéis	(191)	(258)
Seguros	(222)	(220)
Tributos	(298)	(279)
Gastos diversos	(1.826)	(1.888)
	(41.059)	(41.697)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(10.953)	(5.208)
Material	(41)	(604)
Serviços de terceiros	(828)	(1.478)
Arrendamentos e aluguéis	(89)	(104)
Provisão / reversão	(566)	(1.038)
Doações	(1.560)	(935)
Tributos (i)	(1.327)	(2.322)
Depreciação e amortização	(349)	(203)
Outras	(6)	(988)
	(15.719)	(12.880)

(i) A administração da Companhia aprovou a baixa de R\$10.118 em 2014 e R\$2.183 em 2015 referente a PIS e COFINS, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	16.194	10.932
Outras receitas e rendas	43	283
Tributos sobre a receita	(1.973)	(1.514)
Pessoal	(4.965)	(670)
Perdas de alienação e desativação	-	(729)
Depreciação	(288)	(153)
Outros	(2.161)	(283)
	<u>6.850</u>	<u>7.866</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

20. Despesas de pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	(7.103)	(7.504)
Administradores	(1.660)	(1.438)
Encargos	(2.595)	(2.735)
Despesas rescisórias	-	(539)
Benefícios	(1.587)	(1.238)
Outros	(31)	(2)
	<u>(12.976)</u>	<u>(13.456)</u>
<u>Pessoal - administração</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	(6.129)	(3.021)
Encargos	(2.112)	(870)
Benefícios	(736)	(478)
Outros	(1.976)	(839)
	<u>(10.953)</u>	<u>(5.208)</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras	136.946	67.847
Receitas de aplicações financeiras	2.411	7.425
Variações cambiais ativas (nota explicativa 11)	134.532	59.730
Outras receitas financeiras	3	692
Despesas financeiras	(77.194)	(242.925)
Variações cambiais passivas (nota explicativa 11)	(61.238)	(227.169)
Juros sobre empréstimos - terceiros		-
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 11)	(14.066)	(13.999)
Outras despesas financeiras	(1.890)	(1.757)
	<u>59.752</u>	<u>(175.078)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.613	527
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Concessionárias e permissionárias	7	26.304	22.623
Adiantamentos a fornecedores		2.214	839
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	332.114	442.112
Fornecedores terceiros		175	1.261
Fornecedores - partes relacionadas/Contas a pagar	23	7	2.227

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	332.114	(13.826)	14.517

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedor (i)	7	5
Empréstimos (nota explicativa 11)	332.114	442.112
Contas a pagar	-	2.222

23.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa aluguel (i)	89	60
Despesa com juros de empréstimos (nota explicativa 11)	14.066	13.999

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.